

Movimento negro, ação política e as transformações sociais no Brasil contemporâneo

Joana Célia dos Passos¹
João Carlos Nogueira²

Resumo

O presente artigo aborda as relações raciais no Brasil, seus conflitos e as transformações sociais protagonizadas pelos movimentos negros, com abordagens e análises numa perspectiva histórica e sociológica de longa duração. Neste buscamos compreender e refletir as lutas e reivindicações dos movimentos sociais negros a partir das estruturas impostas pelos sistemas de poder que, mediante as crises e os avanços cíclicos no sistema capitalista, pouco ou nada alteram a força estruturante do racismo na sociedade brasileira. Destacam-se também as reações e manifestações racistas frente à implementação das políticas de promoção da igualdade racial no século XXI, que, em regra, advogam a manutenção do *status quo* nos espaços de poder.

Palavras-chave: Movimento negro. Relações raciais. Racismo.

I Introdução

Este artigo aborda um breve panorama das relações raciais, seus conflitos e as transformações sociais protagonizadas pelos movimentos negros, num ciclo de longa duração³, compreendido como um movimento dialético e histórico, onde buscamos analisar as lutas e reivindicações dos movimentos sociais

1 Doutora em Educação. Professora no Centro de Ciências da Educação/UFSC. Membro do Núcleo de Estudos Negros (NEN). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC) e do Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC/UFSC). Email: passos.jc@gmail.com.

2 Sociólogo. Doutorando em Gestão Integrada do Território na UTAD, Portugal. Membro do Núcleo de Estudos Negros (NEN), da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e Coordenador Executivo do Projeto Brasil Afroempreendedor (PBAE/SEBRAE/IAB/CEABRA). Email: jcnogueira13@gmail.com.

3 Longa duração compreendida como "pluralização do tempo" o tempo geográfico, social e individual (BRAUDEL, 1998).

negros a partir das estruturas impostas pelos sistemas de poder. Propomo-nos a olhar os desafios a partir das premissas e análises conjunturais que, mediante as crises e avanços cíclicos no sistema capitalista, pouco ou nada alteram as relações de poder e a força estruturante do racismo no Brasil.

O Brasil do século XXI ainda carrega contradições que o desafiam enquanto Nação, e neste turno, as desigualdades etnorraciais não podem ser compreendidas como “questões menores” ou periféricas, pois arrastam-se desde o início da República como a marca da pobreza no país, onde a exclusão e as assimetrias raciais cederam à ideia de “democracia racial” ancorada a um pensamento de branqueamento da sociedade brasileira. Esse, contudo, foi um projeto irrealizável das elites, pelo simples fato ter sido sempre um país de maioria negra e mestiça.

Assim, nosso desenvolvimento na atualidade exige a inclusão universal das camadas populares. Manter a concentração da renda entre os extratos sociais mais ricos segue o pior roteiro e intensifica ainda mais as desigualdades, quando se quer garantir a efetiva reparação dos excluídos do desenvolvimento econômico e social.

Como veremos, as crises sempre caminharam a passos largos ao longo da história do capitalismo mundial, e os conflitos etnorraciais palmilham todos os cenários ao longo do século XX e neste novo milênio.

2 Breve panorama das relações raciais no Brasil

O panorama das relações raciais e dos conflitos etnorraciais marcou a política, a economia, e a cultura em âmbito nacional e internacional. Esses conflitos em maior ou menor intensidade aconteceram em todos os continentes ao longo do século XX e início do século XXI. W.E.B. Du Bois, militante e intelectual, um dos mais relevantes da história da diáspora negra, afirmou que “o problema do século XX é o problema da barreira racial” (DU BOIS, 1999, p. 64). Sua assertiva não carregava um pessimismo acerca dos destinos da humanidade, mas sim a evidência dos fatos. O intenso conflito racial pós-escravidão nas Américas, o colonialismo-imperial espalhado por todos os cantos dos continentes em particular no continente africano e a intensa luta pelos direitos civis na sociedade norte-americana, promoviam no início do século XX, um olhar sombrio no horizonte de um tempo nublado. Em seu

clássico “The souls of black folk”, traduzido para o Brasil com o título “As almas da gente negra”, um ensaio literário seminal, Du Bois revela a irretocável grandeza de seu propósito, a liberdade da “gente negra” como princípio para alcançar a democracia na América.

Otávio Ianni, sociólogo e pesquisador das relações raciais no Brasil, no artigo “A racialização do mundo” argumentava que “o século XX pode ser visto como um vasto cenário de problemas raciais” (IANNI, 1996, p. 1). Para ele,

são problemas inseridos mais ou menos profundamente nas guerras e revoluções, nas lutas pela descolonização, nos ciclos de expansão e recessão das economias, nos movimentos de mercado da força de trabalho, nas migrações, nas peregrinações religiosas e nas incursões e tropelias turísticas, entre outras características mais ou menos notáveis da forma pela qual o século XX pode ser visto, em perspectiva geográfica ampla. São problemas raciais que emergem e desenvolvem no jogo das forças sociais, conforme se movimentam em escala local, nacional, regional e mundial. Ainda que muitas vezes esses problemas pareçam únicos e exclusivos, como se fossem apenas ou principalmente “étnicos” ou “raciais”, a realidade é que emergem e desenvolvem no jogo das forças sociais, compreendendo implicações econômicas, políticas e culturais. (IANNI, 1996, p. 1).

O etnólogo, sociólogo e antropólogo Carlos Moore, um dos mais brilhantes intelectuais na atualidade, ancorado na tradição do pensamento de Cheikh Anta Diop, em seu livro “Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo”, publicado em 2007, fundamenta suas teses acerca de um passado conflituoso, de um presente comprometido e de um futuro incerto em relação ao racismo no mundo contemporâneo, afirmando que

Todos fomos socializados na noção, bem familiar, de que o racismo fora uma construção ideológica; ou seja, uma elaboração intelectual com fins políticos e econômicos e, conseqüentemente, permeável a lógica (educação, demonstração científica, pregação ético-moral). O racismo era uma questão de indecência, ignorância ou vulgaridade, e nada mais. Ele podia ser facilmente vencido por meio da educação; da adoção de “modais descentes”; da prédica religiosa e do “abrandamento do coração”. Esta visão geral era reconfortante, na medida em que implicava que estávamos em controle da situação. Conseqüentemente, nela se basearam todas as tentativas realizadas, em todas as partes, desde a Segunda Guerra Mundial para cá, para exorcizar o “mostro”. No entanto, as mais fortes evidências históricas, que apontam para o sentido de que o racismo teria se construído historicamente, e não ideologicamente e não se trata de uma questão semântica, senão de uma diferença de fundo, implicando a adoção de novas bases epistemológicas que possibilitem sua compreensão. (MOORE, 2007, p. 279).

Moore afirma ainda que “o racismo se encontra na raiz dos desarranjos sociais extremos vivenciados em praticamente todos os países do mundo, tornando-o a última fronteira do ódio no planeta” (MOORE, 2007, p. 280).

São três visões panorâmicas sobre as relações raciais em tempos distintos e de lugares diversos, mas com uma singularidade, o racismo como centralidade na análise sociopolítica, histórica e epistemológica.

No Brasil, as análises no plano das relações raciais ganham *status* relevante nas ciências sociais a partir dos anos 1950 do século XX, com estudos e pesquisas promovidos pela UNESCO, onde importantes sociólogos e antropólogos, como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Costa Pinto, Oracy Nogueira e tantos outros, participaram ativamente do projeto. Para Marcos Chor Maio, o projeto UNESCO “evidenciou uma forte correlação entre cor ou raça e status socioeconômico. A utopia racial brasileira foi colocada em questão. Inaugurou-se dessa forma, no campo das ciências sociais, uma produção acadêmica que julgava como falsa consciência o mito da democracia racial brasileira” (MAIO, 2000, p. 122).

Nesse mesmo período, organizações do movimento negro brasileiro tentavam o debate sobre as relações raciais e o papel do negro na sociedade. Com esse propósito, o Teatro Experimental do Negro (TEN)⁴, presidido por Abdias do Nascimento, realizou em agosto de 1950 o I Congresso do Negro Brasileiro, ocorrido no Rio de Janeiro, onde participaram do evento importantes estudiosos e pesquisadores, como: Roger Bastide, Darcy Ribeiro, Charles Wagley, Costa Pinto, Edison Carneiro, Guerreiro Ramos. O Congresso promovido pelo TEN procurou estabelecer uma aliança entre intelectuais e movimento negro em vista de uma atuação política que alterasse as condições de vida da população afro-brasileira (NASCIMENTO, 1982).

A questão central em debate era o “valor” da democracia e a erosão do mito da democracia racial, colocada em cheque frente aos conflitos raciais e às brutais desigualdades sociorraciais, cuja origem repousa na herança patrimonialista desenvolvida pelas elites no Brasil, que em última análise sustentam e

4 O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi criado em 1944 no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento. Seu projeto político-pedagógico articulava a educação como estratégia para a visibilidade e inserção de negros e negras, e o teatro como instrumento de transformação.

mantêm estruturas hierarquizadas de poder, com destaque nas representações políticas e nos espaços do poder econômico.

A ausência dos valores democráticos de participação, garantia de direitos e cidadania, não ecoou para uma democracia racial substantiva⁵, na medida em que ela assume no imaginário social e político “figura” de mito, por isso mesmo, se notabiliza por um pacto firmado de forma supraideológica, em que direita, esquerda e centro, do ponto de vista das representações políticas, sempre estiveram em flagrante acordo tácito, onde as desigualdades socioeconômicas não guardariam relação com o passado escravista e o racismo contemporâneo. Parte dessa visão se deve à perspectiva culturalista freyreana desenvolvida no Brasil (PAIXÃO, 2014). Essa via explicativa permitiu por muito tempo a ausência das reflexões em torno dos conceitos de raça, classe e gênero, por exemplo, do mesmo modo sobre as relações de poder e representação política – questões centrais na luta do movimento negro.

Como lócus de reflexão, as organizações sindicais, por exemplo, não levaram em consideração os aspectos de raça e com isso desconsideraram um enorme contingente de trabalhadores(as) negros e negras das suas bases, acreditando que a condição de trabalhadores(as) já estaria abrangendo todos os homens e mulheres negros que pertenciam àquela categoria. Se isso é verdade por um lado, por outro, ex-escravizados e imigrantes tiveram tratamentos absolutamente diferenciados no desenvolvimento da tardia revolução industrial brasileira, com desvantagens para os trabalhadores negros quando não foi criado nenhum mecanismo que reparasse os séculos de trabalho escravo, diferentemente dos incentivos publicamente conhecidos para os imigrantes europeus.

Todas as correntes, independentemente de tendências, seja comunista, trotskista, anarquista etc., projetavam o mesmo olhar para os trabalhadores(as) brasileiros(as): eram homens, brancos e europeus. Esse pensamento dominou majoritariamente a concepção do movimento sindical. E é esse pensamento que vai se cristalizar junto à sociedade brasileira, reproduzindo o mesmo

5 *Democracia racial substantiva pressupõe participação popular universal nas decisões de poder, extrapola o conceito meramente representativo, o objetivo é alterar o ordenamento jurídico na perspectiva dos excluídos dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, suplanta a igualdade de oportunidades, tem como ideal a igualdade real ou substancial (BOBBIO, 1995).*

racismo que se engendrou socialmente. Ou seja, o movimento sindical está permeado pelas relações racistas na sua lógica organizativa. Para estes, as desigualdades eram somente de classe e, por esse motivo, não operavam ou operam com a variável raça/cor sexo/gênero regionalidades e, ainda, ao atentar para as desigualdades raciais poderia se fragmentar a luta dos trabalhadores(as). Contudo, em 1992 é realizado o primeiro Encontro Nacional de Sindicalista Antirracismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), trazendo para dentro da Central a demanda de que ela passasse a discutir, a pautar e a colocar nos seus documentos a questão das desigualdades raciais. Foi nesse encontro que se deliberou por encaminhar a denúncia formal do não cumprimento pelo Estado brasileiro da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre todas as formas de discriminação.

A quebra do pacto de silêncio sobre as relações raciais, iniciada nos anos 1950, ganha envergadura teórica e expande os campos de pesquisas, com as obras de Carlos A. Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. A publicação *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo* (1992) mobilizou áreas do conhecimento onde a presença subordinada ou ausência da população negra parecia flagrante, em particular no mundo da educação e do trabalho. Hasenbalg considera que

[...] na década de 60 a existência de preconceito, discriminação e desigualdades no Brasil teve um reconhecimento inequívoco. Todavia, as perspectivas interpretativas desses fenômenos oscilaram entre o reducionismo e o assimilacionismo. No primeiro caso, raça e relações raciais foram tratadas como epifenômeno de outras categorias mais fundamentais, a saber, classe social, estrutura e dominação de classe. Na outra interpretação, o preconceito e discriminação raciais são vistos como manifestação de atraso cultural, legado do passado escravista. [...] A persistência histórica do racismo não deve ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente dominante no presente. (HASENBALG, 1992, p. 11).

A fratura das desigualdades raciais ficou exposta no final dos anos 1980 e na década de 1990, culminando com a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. A conjuntura pós-ditadura militar ganha contornos políticos e sociais diversificados. As eleições diretas para Presidente da República, em 1989, e a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, protagonizada pelo movimento negro brasileiro, indicaram a tentativa de um segundo pacto do movimento negro com os setores progressistas no âmbito dos

partidos, sindicatos e outras organizações da sociedade civil, sendo que a primeira tentativa fora conduzida por Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos e outros nos anos 1950, em torno do Teatro Experimental do Negro (TEN). O pacto às voltas da agenda de combate ao racismo deve ser compreendido como ação protagonizada pelo movimento negro, onde setores representativos da sociedade civil, como partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores, centrais sindicais e movimentos sociais, pactuam alianças para combater o racismo e promover transformações na sociedade e no âmbito do Estado, como forma de desestruturar a hegemonia das “teorias” do branqueamento e romper com o mito da democracia racial.

A hegemonia racial preconizada pela teoria do branqueamento está assentada no projeto de desenvolvimento idealizado pelas elites brasileiras nos finais do século XIX e início do século XX. E, assim, o racismo se espraia no mundo dinâmico das relações sociais, expressando-se notadamente nas relações de trabalho, no sistema educacional e nos mecanismos de segurança pública, pontos de apoio para a inclusão na vida econômica e social da nascente sociedade urbana brasileira, onde a indústria e o comércio possibilitaram a existência da denominada classe média.

Rigorosamente, pensadores sociais mais atentos à realidade para além das peripécias do mercado, organismos internacionais e governos com compromisso público e social, não podem ignorar a lógica da construção do poder e da dominação, com base nas relações etnorraciais e de gênero. Deste modo, os conflitos etnorraciais, o combate ao racismo e a construção das políticas de promoção da igualdade racial não devem ser compreendidos na lógica das análises imediatistas e instrumentalistas. O exemplo mais clássico é a história do crescimento econômico em países como EUA, África do Sul e Brasil, que alcançaram elevadas taxas de crescimento e, mesmo assim, apresentaram baixo impacto na diminuição das desigualdades raciais; do mesmo modo, as pequenas conquistas no campo da política representativa, partidária e sindical, nas representações dos movimentos sociais ou no âmbito do Estado, quando não articuladas no plano de um projeto político, centrado nas forças da militância negra organizada (entidades e movimentos), os resultados tendem a ser pífios quando não desastrosos.

As experiências institucionais conhecidas e estudadas indicam que a compreensão que devemos considerar nos processos de negociação da agenda são

os jogos de interesse nos espaços da política e das decisões de caráter econômico. Reside neste universo uma parte importante da estratégia de combate ao racismo, a outra ponta intransferível é a mobilização e organização do movimento social antirracismo. Para compreender esses processos, nos apoiamos numa perspectiva de longa duração, observando as tensões e os conflitos a partir das forças que constroem alternativas positivas para o combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial, e também, sobretudo, atentos àquelas que dificultam os processos de transformações sociais, econômicas e culturais.

3 O movimento negro como sujeito ativo nas mudanças

Intelectuais negros e ativistas antirracistas têm contribuído com análises e reflexões acerca das relações raciais e das lutas antirracistas no Brasil de forma ampla e plural. Sendo assim, trazemos aqui as perspectivas, concepções e compreensões destes sobre o movimento negro.

Para Joel Rufino dos Santos (1985, p. 287), o movimento negro é “aquilo que seus protagonistas dizem que é movimento negro”, ou seja, caracteriza como movimento negro

[...] todas as entidades de qualquer natureza e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam a autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui o movimento negro. (SANTOS, 1985, p. 287).

Desse modo, o autor incorpora conceitualmente toda e qualquer forma de luta e resistência da população afro-brasileira.

O filósofo e militante negro Marcos Cardoso considera que o movimento negro se distingue dos demais movimentos sociais porque teve que recontar e recolocar no lugar a história da população negra. Para ele, o “movimento negro teve que buscar na história a chave para compreender a realidade da população negra. Impelido pela necessidade de negar a história convencional

(oficial) e contribuir na construção de uma nova interpretação da trajetória do povo negro” (CARDOSO, 2002, p. 17). Continua o autor, “o movimento negro é fruto de uma negação histórica” (CARDOSO, 2002, p. 19). Assim, Cardoso (2002) situa o movimento negro dentro de um jogo dialético de negação, construção e afirmação permanente da identidade racial num processo constante de organização de forças culturais e sociais bastante heterogêneas em torno de um projeto histórico.

Em Amilcar Araújo Pereira (2007), historiador e cientista social, vamos encontrar uma caracterização do movimento negro contemporâneo, que, segundo o autor, vai diferenciá-lo em relação às organizações anteriores à década de 1970. Para ele, no período mais recente, o movimento negro se orientou pela constante denúncia do mito da democracia racial; pela aproximação com as organizações de esquerda; pelas influências culturais e políticas do Atlântico Negro, das lutas de libertação no continente africano e pelos direitos civis norte-americanos; e pela substituição do dia 13 de maio pelo dia 20 de novembro, numa percepção política de revisão do papel da população negra na história da sociedade brasileira.

O historiador Petrônio Domingues (2007) apresenta uma periodização da trajetória do movimento negro durante a República (1889-2000) evidenciando quatro fases distintas. Na primeira fase, correspondente ao período 1889-1937, como o novo sistema não assegurava ganhos materiais e simbólicos para a população negra e os comportamentos e relações sociais foram sendo referenciados pelo racismo científico e pela política de branqueamento, homens e mulheres negros criaram grêmios, clubes e associações, de cunho assistencialistas e recreativos/culturais. Muitos destes desenvolveram seus próprios veículos de comunicação, que passaram a ser denominados de imprensa negra. Nesse período destaca-se a Frente Negra Brasileira⁶.

6 Criada na década de 1930, em São Paulo, a Frente Negra Brasileira teve como propósito a construção de uma articulação política nacional e chegou a transformar-se, em 1936, em partido político. Editou de 1936 a 1938 o jornal “A Voz da Raça” e, em 1937, dissolveu seu partido político juntamente com os demais partidos existentes, com o golpe que instaurou o Estado Novo. A Frente Negra Brasileira chegou a criar uma escola, cuja proposta tinha como lema: Congregar, Educar e Orientar. Ainda que essa experiência tenha sido interrompida com o fechamento da Frente Negra pela ditadura Vargas, ela iniciou um debate sobre a educação dos negros no Brasil com repercussão nos anos subsequentes.

Domingues (2007) compreende que a segunda fase (1945-1964) não teve o mesmo poder de aglutinação do período anterior, embora o movimento negro organizado tenha ampliado seu raio de ação. Ressalta o autor: a União Cultural dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). Na terceira fase, de 1978-2000, o autor vai evidenciar o refluxo do movimento negro durante o período ditatorial onde seus militantes foram estigmatizados e acusados de criar um problema inexistente no Brasil, o racismo. Com o início do processo de redemocratização, o movimento negro se reorganiza e constrói novas estratégias e organizações negras. Domingues (2007, p. 119) situa a quarta fase, iniciando-se em 2000, e a denomina de uma “nova fase do movimento negro, com a entrada em cena do movimento hip hop”. Para o autor (DOMINGUES, 2007, p. 119), o hip hop, ao falar a linguagem da periferia, rompe com “o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais”, além de expressar a rebeldia da juventude negra e modificar o perfil dos ativistas do movimento negro.

Gevanilda Santos, historiadora e militante negra, ao reconstituir um panorama das organizações negras no Brasil de 1630 ao ano 2000, conclui que:

[...] todas elas protagonizaram a luta contra o racismo, a denúncia das práticas discriminatórias e todas as formas de preconceitos e ressignificaram o aspecto político e da consciência negra em cada época, em cada estado da União, e ao seu modo e nas peculiaridades das suas relações sócio raciais contribuíram para a estruturação do movimento social negro e para seu objetivo maior: despertar o Brasil do mito da democracia racial e assim superar o racismo. (SANTOS, 2010, p. 15).

Argumenta a historiadora que cada uma das organizações negras tem influência sobre indivíduos e instituições potencializando-os a reverem as desigualdades raciais no Brasil no plano individual, cultural e político. Além disso, o movimento negro colocou novas demandas de políticas públicas para o governo e Estado brasileiros. Acentua a autora que atualmente o movimento negro está organizado em todas as regiões brasileiras com diferentes características: culturais, comunitárias e políticas, e atuam nas diferentes áreas: educação, saúde, mercado de trabalho, direitos humanos, gênero, comunicação, terras de quilombos, religiosidades, juventude e relações internacionais.

Como pode se perceber nos estudos citados anteriormente, as organizações criadas por negros e negras ao longo da história da sociedade brasileira

apresentam formas diferenciadas de expressão e vêm desenvolvendo diversas estratégias de luta pela inclusão social da população negra e pela superação do racismo na sociedade brasileira, independentemente da característica que assumem. Desse modo, pelas diferentes frentes de luta, o movimento negro vai se constituir num importante protagonista na luta pela democratização da sociedade brasileira.

Numa breve retrospectiva, é possível dizer que a militância negra experimentou, na década de 1980, uma experiência política decisiva: combinar a denúncia contra o racismo; fortalecer suas organizações e construir uma articulação estratégica com setores e atores sociais importantes, que buscassem o poder político, sobretudo, para construção de uma nova hegemonia política nos marcos da democracia representativa, de um sistema capitalista dependente, e num país em desenvolvimento, situação vigente no Brasil (embora a utopia do socialismo sempre estivesse presente). E, com esses objetivos, as alianças com o movimento sindical, com os partidos políticos democráticos, cujos programas propunham o socialismo como utopia revolucionária, organizações não governamentais (ONGs) comprometidas com o combate ao racismo, fortaleceram as teses que vieram a se consolidar neste início do século XXI.

Na estratégia assumida por alguns setores do movimento negro, três momentos expressaram a força viva da sociedade, sedenta por democracia e decidida a substancializar mudanças profundas. O primeiro foi o movimento das Diretas Já; o segundo, o processo constituinte; o terceiro, as eleições presidenciais em 1989, seguramente uma das campanhas mais emocionantes da história da República. Esses foram momentos decisivos na vida política do país, onde as lideranças negras comprometidas com este jogo dialético, de combinações de forças, de radicalidade e negociações, souberam conduzir bem o roteiro da estratégia principal, que era e é o poder na perspectiva histórica do movimento negro e dos movimentos sociais e populares.

A derrota eleitoral em 1989, do campo democrático e popular, trouxe consequências devastadoras. A mais perversa delas foi irrigar o solo já fértil para as políticas neoliberais, a outra foi a quase total desestruturação da economia e da máquina pública do Estado, e, por fim, o fortalecimento e alargamento das redes de corrupção instaladas nas artérias dos poderes constituídos. Essa quase barbárie culminou com o movimento Fora Collor e a sua posterior renúncia.

Nos anos 1990, o movimento negro construiu momentos, que vão dando contorno a uma estratégia que indicava estar correta. Uma militância

quantitativamente melhor preparada, um encontro de gerações oriundas das universidades, sindicatos, partidos políticos, das comunidades remanescentes de quilombos, das religiões de matriz africana, da música, do mundo artístico e cultural, das organizações não governamentais, enfim, dos mais diversos pontos, onde a ação era o combate ao racismo, aos preconceitos e a todas as formas de discriminação.

Embora houvesse uma efervescência de iniciativas locais, nos municípios, nos estados e regiões havia certo desgaste das ações isoladas. Como essas ações pautavam-se a partir de microcoletividades (reuniões, pequenos encontros e seminários), era preciso reunir forças para dar sentido à luta política mais ampla. Esse foi o motivo que fez crescer as articulações em âmbito das regiões e nacional, cujas iniciativas passaram a ter um significado elevado de representatividades e legitimidade política.

Nesse sentido, encontros nacionais, seminários, plenárias, fóruns, marchas e conferências, promovidos pelas organizações do movimento negro, ocorridos principalmente entre os anos 1995 e 2005, como a organização da I Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, a Discriminação e pela Vida, a III Conferência Internacional contra o Racismo em Durban, em 2001, e a II Marcha contra o Racismo no Brasil, em 2005, já no governo do Presidente Lula, são momentos históricos que representaram um marco na luta contemporânea do movimento.

Analisando relatórios, anais e resoluções produzidos nesses espaços políticos, verifica-se que os temas como “raça” e “classe” animavam os debates em torno da centralidade dessas duas categorias acerca das relações raciais no Brasil. E o tema desenvolvimento como estratégia de um projeto político, os partidos, os sindicatos, meio ambiente, religiosidades e tantos outros emergem com mais força e com sentido organizativo neste período.

É sempre importante observar que as suas principais lideranças mantiveram o eixo estratégico de construção de unidade política do movimento negro e de conquista do poder. Os debates recorrentes em torno das “divisões” do movimento negro refletem uma visão conduzida pela razão instrumental que os orientam a partir de modelos preconcebidos de método para realizar o debate político. O movimento negro desenvolve como poucos movimentos sociais uma unidade em torno de um tema nacional e universal, o combate ao racismo. Esse método é elemento político central na luta contra as diversas formas de manifestações de racismo, sexismo, machismo e de todas as formas

de discriminação e desigualdades. Pauta essa que tenciona os debates no interior dos movimentos negros por um lado, mas, por outro, ampliam os arcos de alianças políticas na diversidade das agendas dos movimentos sociais.

As políticas para a promoção da igualdade racial no período do governo Lula já foram analisadas em diversos momentos e por vários ângulos dos estudos acadêmicos, ensaios e balanços, por governos, Estado e sociedade (JACCOUD; BEGHIN, 2002; THEODORO, 2008), no entanto, há uma percepção de enorme insuficiência das políticas, por quê? Numa tentativa de resposta única, podemos afirmar que o “racismo à brasileira” sempre foi muito eficiente na sua própria negação. A eficiência no seu combate exige ações permanentes que o desestruture e, para isso, os investimentos em recursos sejam orçamentários ou de conhecimento, precisam acompanhar em níveis do seu tamanho e desafios. Distante destas premissas há uma forte sensação de inexistência no seu combate.

Neste século XXI, o Brasil vive um momento de sua história rico e contraditório. Por um lado, nunca vivemos um processo democrático com tamanha legitimidade política para conduzir as mudanças necessárias e reconstruir um novo projeto de nação. Por outro, a nossa própria história, fundada na dominação patriarcal, no autoritarismo de classe, na repressão de Estado, nas distorções do sistema de representação política dificulta ainda as transformações necessárias que a sociedade pode realizar. Isso exige dos setores comprometidos com as transformações da sociedade e do Estado, políticas que traduzam mudanças de valores, na cultura e nos hábitos.

É preciso levar em conta que a luta contra o racismo não é somente a garantia de equidade e de combate às desigualdades sociais e econômicas. É necessário apostar numa profunda transformação de perspectiva cultural na medida em que o racismo e todas as formas de discriminação alojam-se também no mundo das subjetividades, que se manifestam exatamente nas práticas cotidianas, na escola, no mundo do trabalho, nas instituições públicas, privadas, no Estado, nos partidos, nas centrais sindicais etc. Enquanto que essas relações fundamentam-se nas relações políticas e de poder e estruturam as relações sociais, garantindo a longevidade da dominação. Mesmo com as crises cíclicas do capitalismo global e o surgimento de “novas” experiências nas suas brechas, como o Fórum Social Mundial e os movimentos antiglobalização, estes ainda não tematizam com a profundidade necessária os significados dos conflitos etnoraciais, que em grande medida pautam as decisões nos processos políticos entre as nações.

Uma das características da crise do capitalismo global dos anos 1980 e 1990 é a forte crise do capitalismo dependente, onde os processos de transformações no mundo do trabalho reinventam-se em plano global, agravando o crescente desemprego em todos os países. A globalização econômica, expansão mundial da produção industrial e de novas tecnologias promovida pela mobilidade irrestrita do capital e a total liberdade do comércio, ameaça verdadeiramente a estabilidade do mercado global único que está sendo construído pelas organizações transnacionais lideradas pelos norte-americanos, principalmente.

O paradoxal de nosso tempo é que a globalização econômica iniciada nos anos 1980 não fortalece o regime vigente do *laissez-faire* mundial. Ela trabalha para miná-lo. Nada se coloca em nível de mercado global que o proteja contra as tensões sociais que nascem do desenvolvimento econômico bastante desigual entre as diversas sociedades do mundo e dentro delas. A repentina alternância de períodos de crescimento e declínio das indústrias e dos meios de vida, as súbitas mudanças de produção e capital, o cassino da especulação financeira, são todas essas condições que provocam reações políticas contrárias que desafiam as verdadeiras regras fundamentais do livre mercado global.

É nessa perspectiva de análise de uma conjuntura de longa duração que se colocam em disputa as políticas de promoção da igualdade racial, a legitimidade do movimento negro brasileiro e os movimentos antirracismo no plano nacional e internacional. Os meios de comunicação na sua grande maioria e mesmo intelectuais articulistas dessas mídias atacam violentamente as políticas voltadas à população negra, usando o falso argumento de que governo e movimento negro estão reinventando o conceito de raça, e com isso incitando os conflitos raciais. Há décadas o movimento negro tem se utilizado do conceito “raça” como uma categoria de análise sociológica e política, sem qualquer relação à existência biológica, portanto o argumento utilizado só pode ser caracterizado como má fé. Sendo assim, as respostas, se é que devem ser dadas, são com mais políticas.

Concretamente a implementação de políticas públicas com foco na população negra sempre será conflituosa, pois o pensamento acerca dessas políticas carrega uma forte base ideológica e subjetiva. Um articulista de um meio de comunicação não fala por si só, ele representa poder e grupos organizados, interesses e corporações, que sempre foram contrários a políticas de inclusão etnoraciais, mesmo conhecedores das consequências deletérias das práticas racistas, assumem por convicções de classe social, grupos de interesse e reserva de mercados.

As políticas de promoção da igualdade racial em processo de implementação no Brasil fazem com que se explicitem ainda mais as práticas racistas, as “verdades” absolutas em torno dos mitos sobre os negros. No meio universitário, estas vão das manifestações em redes sociais, como a que mobilizou estudantes negros e antirracistas de diferentes perspectivas políticas, em dezembro de 2013 na UFSC, aos trotes como foi o caso da estudante caloura pintada de preto e amarrada com correntes sendo puxada por um colega veterano, carregando o cartaz “caloura Chica da Silva”. De um modo mais amplo, podemos citar o caso emblemático do garoto negro preso a um poste, com uma argola no pescoço, por suspeita de ter furtado uma bicicleta. A simbologia da argola no pescoço tal qual a da estudante caloura é uma explícita alusão de que o imaginário social brasileiro continua escravista com efeitos visíveis nas práticas sociais. Outras situações, como o ator negro preso por engano por dezesseis dias, a manicure negra cuja cliente branca se negou a ser por ela atendida, a carta apócrifa “Aviso aos baianos” ameaçando e criminalizando os migrantes nordestinos distribuída em cidade catarinense, as inúmeras manifestações racistas no futebol, inclusive durante a Copa do Mundo, retratam bem os desafios que temos frente ao racismo e às relações raciais. Ainda podemos citar a criminalização dos “rolezinhos”, em que as análises se centraram no direito ao uso dos espaços das cidades e quase nada sobre o pertencimento racial dos jovens, protagonistas dessas ações, oriundos em sua maioria das periferias urbanas. As evidências explosivas do racismo, o seu alcance sem fronteiras e o quanto é deletério para as relações humanas ficaram explícitos na realização da Copa do Mundo no Brasil, em que suas duas marcas fortes foram a “Copa das copas” e a “Copa contra o racismo” e onde, simbolicamente em ato protocolar, todos os capitães de todas as equipes antes do início de cada partida leram o manifesto da Fifa contra o racismo no futebol.

O desafio das lutas e políticas de combate ao racismo e a promoção da igualdade racial estão, de certa forma, encapsulados e atravessam tencionando um longo ciclo de crises que atravessam os vários andares do desenvolvimento do capitalismo global. Todo o processo de luta democrática no Brasil, construída no interior dos movimentos sociais, sindical e partidário, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, forjou símbolos e conquistas que estão em disputas acirradas no plano ideológico, cujo objetivo é impedir os pequenos avanços em curso, principalmente os mais estruturantes, como: a titulação das terras quilombolas, o acesso à educação em nível superior e o acesso ao trabalho por meio de ações afirmativas.

Por outro lado, nos últimos anos o guarda-chuva que abrigava a todos os movimentos sociais negros – o combate ao racismo – vai sendo questionado com a implantação das políticas públicas. Exemplo disso foi a realização das duas Marchas Zumbi + 10, realizadas em 2005, uma no dia 16 e outra no dia 22 de novembro, exatamente dois anos da criação na estrutura do Estado brasileiro de um organismo responsável pelas políticas de promoção da igualdade racial, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Esse episódio evidenciou as diferentes visões nos movimentos a respeito das estratégias para o enfrentamento e combate ao racismo que ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 e início do século XXI foram sendo gestadas pelos movimentos negros. Embora o objetivo desse artigo não seja o de analisar esse momento importante para compreendermos o movimento negro contemporâneo no Brasil, é possível verificar que as composições da representação política nos oito anos do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, indicaram uma forte presença de militantes e intelectuais de organizações negras com notada articulação com os movimentos sindicais e partidos políticos. Isso permitiu a construção de diferentes visões do movimento negro acerca da implementação dos vários níveis das políticas públicas, como, por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial, onde entidades e organizações dos movimentos negros discordavam em alguns pontos estratégicos, o que revela uma pluralidade de visões e métodos.

4 As relações raciais numa conjuntura longa de transformações

As relações raciais produziram transformações profundas no mundo das relações sociais, econômicas e culturais, sobretudo nas últimas quatro décadas no Brasil. Merecem destaque:

a) A rearticulação dos movimentos sociais nos anos 1970 e 1980, onde o movimento negro unifica suas principais pautas de luta em torno do combate à violência policial, do acesso à educação e do acesso ao mercado de trabalho.

b) O processo constituinte com a promulgação da Constituição em 1988 assegura dois artigos fundamentais: a criminalização do racismo e a garantia da titulação das terras às comunidades quilombolas.

c) A Marcha Zumbi dos Palmares ocorrida em 1995 e a Conferência de Durban em 2001 sintetizam a capacidade de articulação do movimento negro, na medida em que estava construindo ao longo deste tempo as condições

objetivas para a sustentabilidade das lutas e seus processos organizativos, que resultaram em conquistas nos anos 1990 e neste início de século XXI.

d) A criação em âmbito da estrutura de Estado brasileiro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁷.

e) A implementação de ações afirmativas na educação⁸, na saúde⁹ e no mercado de trabalho¹⁰.

f) A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010.

Essas transformações e conquistas já são perceptíveis. Atualmente seus pequenos efeitos são vistos mesmo com precariedade nas universidades, com as cotas; as experiências ainda localizadas na implementação da Lei 10.639/03; as poucas terras quilombolas tituladas. No entanto, essas ações não criam tensões com os modelos econômicos, com as estruturas do poder judiciário, com as organizações políticas do Estado brasileiro, onde, com efeito, poderiam diminuir as práticas do racismo institucional. Por essas razões, as transformações na lógica da promoção da igualdade racial são longas e permanentes e precisam forçar a universalização dessas políticas na origem da formulação das políticas públicas brasileiras.

É importante perceber que desde 1984, quando se intensificou o processo de abertura política no país, o desenho de um novo ciclo de desenvolvimento social e econômico e a radicalização do debate sobre o papel do Estado, não foi mais possível ignorar tacitamente, como de costume, os sujeitos envolvidos nas lutas sociais. E é nesse contexto que foram se materializando as reivindicações das lutas antirracismo, das mulheres e de gênero, dos povos indígenas, de orientação sexual, dos portadores de deficiências, dos movimentos dos sem-terra e sem-teto, como tantas outras.

7 *A SEPPIR foi criada as seguintes atribuições: acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial; articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais e, ainda, acompanhar e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil que digam respeito à promoção da igualdade racial e ao combate ao racismo (BRASIL, 2003, p. 4).*

8 *Na educação, destacam-se a Lei 10645/2003 e a Lei 11645/2008, que instituem a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares; as Diretrizes Curriculares Nacionais Quilombolas; as cotas no ensino superior.*

9 *Na saúde, o Programa Nacional de Saúde da População Negra.*

10 *Cotas em concursos públicos.*

Na afirmação clássica de Eder Sader (1995), “novos personagens entram em cena”, com outras atitudes políticas e determinações, exigindo um país democrático e com liberdade plena. Não é um momento qualquer, estamos na cabeceira do século XX, longo para Arrighi (1996) e breve para Hobsbawm (1995).

E neste caldeirão de acontecimentos, o movimento negro é protagonista da sua própria história, é o elo principal das lutas contra todas as formas de discriminação. Carrega, assim, o legado de vitórias e desafios colocados no presente e, que, em grande medida, orienta os cenários futuros na pauta da luta antirracismo e dos excluídos no Brasil.

5 Conclusão

As transformações sociais são perceptíveis quando alteram de forma efetiva e profunda a vida de pessoas, grupos, comunidades e de sociedades inteiras. Estas mudanças em âmbito comunitário ou planetário precisam apresentar fortes impactos nas estruturas rígidas que alicerçam as organizações de poder. Precisam desestabilizar valores e, muitas vezes, desconstruir mitos que pelo seu poder imaginário e subjetivo, imortalizam mentiras, falseando a realidade.

Paradoxalmente, as transformações sociais, econômicas e culturais também carregam contradições intrínsecas aos seus processos, sobretudo quando não alcançam em seu desenvolvimento os sujeitos ativos da sua base de mudanças e transformações, assim foi conduzido pelas “elites” brasileiras, em todos os períodos de nossa história (Colônia, Império e República), quando se tratava de transformar a vida da maioria da população, evidentemente negra, mestiça e pobre.

Em tempo de crise global e sistêmica, estrutural e civilizatória, a agenda pode ser mudada a partir da sociedade, dos movimentos sociais. As políticas públicas, onde o Estado é o condutor, será traduzida ao alcance de todos, sem a exclusão praticada largamente, embora com substanciais melhoras nos últimos anos, se estiverem assegurados os pressupostos da democracia, portanto a garantia da participação, do controle público e das liberdades com toda sua amplitude.

O combate ao racismo e a promoção da igualdade racial têm provocado mudanças na condução das políticas sociais e cada vez mais precisam consolidar-se como políticas de Estado, estando plenamente ao alcance de todos aqueles excluídos da economia produzida pela sociedade e dos espaços de representação de poder.

Referências

- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.
- _____. **Política nacional de promoção da igualdade racial**. Brasília, DF: SEPPIR, 2003.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CARDOSO, M. A. Na pele do real: os desafios do movimento negro no século XXI. In: NOGUEIRA, J. C.; PASSOS, J. C.; SILVA, V. B. M. (Org.). **Negros no Brasil: políticas, cultura e pedagogia**. Florianópolis: Atilênde, 2002.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-123, julho 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 12 maio 2012.
- DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
- HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HANCHARD, M. G. **Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- IANNI, O. A racialização do mundo. **Tempo Social**, São Paulo, n.1, v. 8, p. 1-23, maio 1996.
- JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília, DF: IPEA, 2002.
- MAIO, M. C. O. Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial”. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 115-148, jun./ago. 2000.
- MOORE, C. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- NASCIMENTO, A. do. **O negro revoltado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PAIXÃO, M. J. de P. **A lenda da modernidade encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação**. Curitiba: CRV, 2014.

PEREIRA, A. A. **O “Atlântico negro” e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: memória e identidade.** ANPUH, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0355.pdf>> . Acesso em: 10 jun. 2013.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, G. As relações raciais no Brasil contemporâneo. In: NOGUEIRA, J. C.; PASSOS, J. C.; SILVA, V. B. M. (Org.). **Negros no Brasil: políticas, cultura e pedagogia.** Florianópolis: Atilênde, 2002.

SANTOS, J. R. dos. O Movimento negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, n.2, p. 285-308, jul./set. 1985. Edição especial: Movimentos sociais.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. **Relações raciais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.; IUPERJ, 1992.

THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília, DF: Ipea, 2008.

Recebido em 10.08.2014

Aprovado em 29.01.2015

Black movement, political action and social change in contemporary Brazil

Abstract

The present article addresses race relations in Brazil, its conflicts and the social changes protagonized by black movements, in approaches and analyzes an historical and sociological perspective a long-term. In this we seek to understand and reflect about the struggles and claims of black social movements from the structures imposed by power systems that through crises and cycle advances in the capitalist system, made little or no difference changing the structuring force of racism in Brazilian society. Also noteworthy is the reactions and racist demonstrations against the implementation of policies to promote racial equality in the XXI century, which generally advocate maintaining the *status quo* in positions of power

Keywords: Black movement. Race relations. Racism.